

ATIVOS INTANGÍVEIS

José Luiz Dos Santos*

Sinopse: Em um ambiente cada vez mais globalizado, o conhecimento e a aplicação da tecnologia da informação vêm impactando decisivamente nas estruturas organizacionais. Esse hiato tem crescido de forma assustadora, em função da relevância assumida pelos ativos intangíveis em relação aos ativos tangíveis na composição do patrimônio das entidades. Os principais fatores responsáveis por isso incluem as ondas de incorporações internacionais, o interesse por parte dos líderes de mercado em desenvolverem ou adquirirem marcas famosas, a expansão do setor de serviços por todo o globo, a velocidade e a extensão da mudança tecnológica. Diante disso, o estudo dos intangíveis é imprescindível. Finalmente são levantadas algumas conclusões.

Palavras-chave: Ativos intangíveis. Valor justo. Valor residual. Vida útil. Combinação de negócios.

Abstract: In an environment more and more globalization the knowledge and apply of the information technology comes impelling decisively in the organizational structures. That hiatus has been growing in a frightening way, in function of the relevance assumed by the intangible assets in relation to the tangible assets in the composition of the assets of the entities. The main responsible factors for that include the waves of international mergers, the interest on the part of the market leaders in they develop or they acquire famous trademarks, the expansion of the sector of services for the whole globe, the speed and the extension of the technological change. Ahead of this the study of the intangibles ones it is essential. Finally some conclusions are raised.

Key words: Intangible assets. Fair value. Residual value. Useful life. Business combination.

1 INTRODUÇÃO

Nos dias de hoje, estamos vivenciando um fenômeno que é a síntese de inúmeras transformações pelas quais vêm passando a sociedade e a economia mundial, em especial nas duas últimas décadas, que está criando uma interdependência entre mercados e países: é a chamada globalização da economia. Esta globalização só foi possível devido ao avanço da tecnologia da informação e das telecomunicações que estabeleceram um novo cenário no qual são impostas mudanças às organizações atuais a fim de que elas possam manter seus negócios.

Neste contexto, inserem-se os Intangíveis, tendo em vista o crescente aumento da materialidade de seus valores na composição do patrimônio das entidades. Deste cenário,

* Professor universitário. Mestrando em Contabilidade e Controladoria pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

resultam problemas de como as empresas devem tratar contabilmente seus intangíveis. Só o fato do interesse demonstrado por estudiosos da matéria, a variedade de opiniões emitidas e a extensão das discussões a seu respeito indicam a existência de um problema real a ser solucionado e também o vasto campo a ser desbravado.

O propósito deste artigo consiste em apresentar os principais conceitos, a natureza e a importância dos intangíveis para empresas na era da informação.

2 ATIVOS INTANGÍVEIS

2.1 ATIVO

Não há como se falar sobre a problemática existente no tratamento contábil dos ativos intangíveis sem antes assinalar, ainda que brevemente, a natureza dos ativos, já que esses formam uma das áreas mais complexas da Teoria da Contabilidade, não só em virtude das dificuldades de definição, mas principalmente pelas incertezas a respeito da mensuração de seus valores e de sua vida útil.

Antes de se abordar a definição de ativo intangível, deve-se necessariamente conceituar ativo.

Segundo Hendriksen e Breda (1999, p. 286), ativos devem ser definidos como potenciais fluxos de serviço ou como direitos a benefícios futuros sob o controle da organização.

Nesse sentido, Iudícibus (1997, p.124) argumenta que ativos são recursos controlados pela entidade, capazes de gerar fluxos de caixa.

A expressão controlados, na definição anterior, engloba, além do controle, o conceito de posse e propriedade.

Martins (1972, p.30) aborda esta questão citando que “ativo é o futuro resultado econômico que se espera obter de um agente”.

Na definição enunciada anteriormente, agente possui o mesmo significado de recursos para a Economia, que não se restringem apenas aos bens tangíveis mas também aos intangíveis.

Ambas as definições acima, embora aparentemente simples, são bastante amplas e complexas. São, contudo, um tanto imprecisas, pois não apresentam uma definição clara de quais recursos foram selecionados. Todavia, as mesmas se aproximam mais do conceito de

ativo econômico e, na opinião de grande parte dos estudiosos pesquisados de Teoria da Contabilidade, a tendência futura é de uma aproximação entre a Contabilidade e a Economia.

Outro ponto a ser enfatizado diz respeito aos critérios de reconhecimento dos ativos que, segundo Hendriksen e Breda (1999, p. 402), devem ser reconhecidos sempre que preencherem os seguintes requisitos:

- o item corresponda a definição de ativo;
- seja relevante – a informação é capaz de fazer diferença na tomada de decisões;
- seja mensurável – existência de um atributo relevante de mensuração suficientemente confiável;
- seu valor seja preciso – a informação é representativamente verdadeira, verificável e neutra.

Ora, a maioria dos intangíveis corresponde a definição de ativo e são reconhecidamente relevantes. Os intangíveis, da mesma forma que muitos ativos tangíveis, são de difícil avaliação. Seu custo histórico pode ser determinado tão precisamente quanto o de muitos ativos tangíveis. Logo, os intangíveis devem ser reconhecidos como um ativo.

3 DEFINIÇÃO E ESPÉCIES DE ATIVOS INTANGÍVEIS

Neste contexto, torna-se necessário definir intangíveis. O termo intangível vem do latim *tangere* ou *tocar*. Logo, os bens intangíveis são aqueles que não podem ser tocados, porque não possuem corpo físico. Contudo, a tentativa de relacionar a etimologia da palavra intangível à definição contábil dessa categoria não será exitosa, haja vista que muitos outros ativos não possuem tangibilidade e são classificados como se tangíveis fossem, tais como despesas antecipadas, duplicatas a receber, aplicações financeiras etc. “Isto porque os contadores têm procurado limitar a definição de intangíveis restringindo-a a ativos não circulantes” (Hendriksen e Breda, 1999, p. 388).

Existem grandes discordâncias entre autores da Teoria da Contabilidade sobre a definição de intangível, a exemplo de Most e Hendriksen (apud Iudícibus, 1997, p. 208). A complexidade dessa definição é tão abrangente ao ponto de Martins (1972, p. 53), ao abordar o assunto em sua tese de doutoramento, iniciar com “definição (ou falta de)”.

Diante disso, a definição mais adequada é, segundo Iudícibus, a de Kohler (apud Iudícibus, 1997, p. 203) que define intangível como “ativos de capital que não têm existência

física, cujo valor é limitado pelos direitos e benefícios que, antecipadamente, sua posse confere ao proprietário”.

Com base nas definições anteriormente enunciadas, pode-se classificar como intangíveis os seguintes elementos:

- gastos de organização;
- marcas e nomes de produtos;
- pesquisa e desenvolvimento;
- Goodwill;
- direitos de autoria;
- patentes;
- franquias;
- desenvolvimento de software;
- licenças;
- matrizes de gravação;
- serviços de marcas e certificação de marcas;
- cor única, formato, ou desenho da embalagem no comércio de vestuário;
- nomes de domínio na Internet;
- contratos de não-concorrência;
- solicitações ou pedidos de produção não atendidos;
- contratos de relacionamento com clientes;
- ativos intangíveis relacionados a jogos, óperas e balé;
- ativos intangíveis relacionados a livros, revistas, jornais e outros trabalhos literários;
- ativos intangíveis relacionados com trabalhos musicais, tais como composições, sons líricos e jingles de publicidade;
- ativos intangíveis relacionados a pinturas e fotografias;
- ativos intangíveis relacionados a material visual e audiovisual, incluindo filmes, vídeos musicais e programas de televisão;
- licenças, royalties e contratos de paralisação;
- propaganda, construção, gerenciamento, serviço ou fornecimento de contratos;
- contratos de aluguel;
- permissão para construção;
- contratos de franquia;

- direitos de operação e transmissão (rádio e televisão);
- direitos de exploração de água, ar, recursos minerais e recursos florestais;
- tecnologia patenteada;
- software de computação;
- segredos comerciais, tais como fórmulas secretas, processos e receitas;
- lista de clientes;
- relacionamento com clientes não contratual;
- tecnologia não patenteada;
- base de dados.

3 GOODWILL

3.1 ASPECTOS GERAIS

Uma vez apresentadas as principais características dos intangíveis, cabe destacar alguns aspectos do Goodwill, considerado o mais intangível dos intangíveis.

A definição de Goodwill, a sua natureza, a sua característica de não ser separável do negócio como um todo e o seu tratamento contábil estão entre os objetos de estudo mais difíceis e controvertidos da Teoria da Contabilidade. Corrobora com esta afirmação Canning (1929, p.38), ao citar que:

“Contadores, escritores de contabilidade, economistas, engenheiros e os tribunais, todos eles têm tentado definir Goodwill, discutir a sua natureza e propor formas de mensurá-lo. A mais surpreendente característica dessa imensa quantidade de estudos é o número e variedade de desacordos alcançados”.

Percebe-se, nitidamente, que já em 1929, não obstante os inúmeros estudos e esforços despendidos, não havia sequer uma definição única do Goodwill. Esta situação perdura até hoje, haja vista que se pode encontrar referência a essa citação famosa de Canning em trabalhos como o de Catlett e Olson (1968, p. 9), Bedford (1970, p.19) e Martins (1972, p. 57), somente para mencionar alguns dos mais importantes estudiosos da especialidade.

Esta situação ocorre porque o valor do Goodwill está intimamente relacionado a outros intangíveis, existindo uma tênue linha que o separa dos outros intangíveis.

Também é importante citar que a expressão fundo de comércio foi utilizada durante muito tempo erroneamente como sinônimo de Goodwill. Contudo, segundo Martins (1972, p. 55), não se pode considerar verdadeira essa afirmativa, uma vez que esse ativo não se caracteriza realmente como um fundo, pois o esse refere-se ao conjunto de recursos monetários usados como reserva ou para cobrir despesas extraordinárias e, além disso, o mesmo nem sempre é derivado ou relacionado com o comércio.

A utilização indevida da expressão fundo de comércio como sinônimo de Goodwill deve-se ao fato de que a mesma tem sido utilizada, ao longo do tempo, para expressar dois significados diversos, quais sejam:

- a expressão fundo de comércio representando os meios necessários ao funcionamento da empresa, que é um conceito mais abrangente que o de Goodwill, pois inclui, inclusive, alguns ativos tangíveis, como estoques, imóveis etc;
- a expressão fundo de comércio representando apenas os fatores intangíveis, que auxiliam na obtenção de lucros, tais como localização estratégica, condições monopolísticas etc.

Neste sentido Besta (apud CARREGARO, 2000, p. 1) cita que:

[...] o valor do aviamento de um negócio singular ou de uma empresa no seu conjunto é essencialmente igual ao valor atual do excesso de lucros que, na hipótese de uma administração normal, dirigida por energias físicas de vontade e inteligência normais, comuns, possam ser esperados ou presumidos de capitais investidos efetivamente no negócio ou empresa, sobre os lucros médios que costumam produzir capitais empregados com igual segurança em outros negócios ou empresas similares ou análogos, mas em condições comuns, não privilegiadas.

Também Catlett e Olson (1968, p. 8) entendem que o Goodwill, no seu entendimento mais amplo, pode ser definido de muitas formas.

A primeira considera o Goodwill como “Um sentimento agradável: benevolência, amigável”. Já a segunda relacionada ao comportamento de um comércio ou negócio, define Goodwill como sendo “Um benefício ou vantagem na maneira como se comporta um negócio adquirido, além do valor que ele seria vendido, devido a personalidade daquele que o conduz, a natureza da sua localização, se a sua reputação for habilidosa ou precisa, ou qualquer outra circunstância incidental para o negócio que tende a fazê-lo duradouro”.

A terceira definição afirma que o Goodwill é “O valor capitalizado do excesso de lucros futuros estimados de um negócio acima da taxa de retorno de um capital considerado normal em uma atividade relacionada”.

E, finalmente, a quarta definição considera Goodwill como “O excesso de preço de compra de um negócio acima ou abaixo do valor avaliado de seus ativos líquidos, exclusive o Goodwill”.

3.2 COMPREENSÃO DO GOODWILL AO LONGO DO TEMPO

Encontram-se indícios na literatura da especialidade que, segundo Percy Dew Leake (apud Catlett, Olson, 1968, p. 8), o problema da avaliação do Goodwill é muito antigo e sua aplicação em decisões judiciais existe há muito tempo, sendo que o primeiro registro da utilização do termo data de 1571 na Inglaterra, ” I gyve to Jonh Stephen ... my whole interest and good will of my Quarrell (i.e. quarry)”. Estas primeiras avaliações referiam-se a terra.

Segundo Preinreich (1936, p.316-329), que elaborou um estudo sobre as decisões judiciais no campo do Goodwill, as decisões proferidas foram sofrendo uma mudança gradativa partindo do valor relativo a terras, incluindo progressivamente o valor referente a localização do negócio, a clientela formada, a marca, a continuidade da empresa e, assim sucessivamente, até chegar ao conceito atual, que é o da tecnologia da informação.

Conforme Catlett e Olson (1968, p.38), os primeiros trabalhos na área contábil foram elaborados ainda no século XIX, datando de 1884 a publicação na revista “The Accountant” de William Harris intitulada “Goodwill”, referindo-se ao crescimento significativo do mesmo com o surgimento das sociedades por ações. Também em 1888 foi publicado no mesmo periódico, com o mesmo título, o trabalho de J. H. Bourne, referindo-se mais ao aspecto conceitual do Goodwill.

Contudo, o primeiro trabalho sistemático, tendo como tema central o Goodwill, surgiu em 1891, por intermédio de Francis More, que escreveu um artigo publicado na revista “The Accountant”, relacionado a avaliação do Goodwill, iniciando assim uma nova fase do Goodwill.

Em 1897, Lawrence R. Dicksee publicava em Londres “Goodwill and its treatment in accounts”, enfocando o assunto mais do ponto de vista do seu tratamento contábil e ressaltando os riscos de ativar o mesmo, propondo a imediata liquidação contra o patrimônio líquido nos casos em que ele obrigatoriamente tivesse que ser contabilizado, citando também a necessidade da inclusão da remuneração dos acionistas no cálculo.

Em 1898, Edwin Guthrie proferiu uma conferência, seguindo o pensamento de Dicksee, explicitando a forma adequada de ajustar o lucro líquido da empresa para se obter

uma base apropriada para a avaliação do Goodwill. Esse trabalho também foi publicado na “The Accountant”.

Em 1909, Henry Rand Hatfield, professor de Contabilidade da Universidade da Califórnia e grande estudioso dos ativos intangíveis em geral, introduzia uma nova forma de cálculo do Goodwill em sua obra “Modern Accounting: its principles and some of its problems”, publicada em Nova York.

Em 1914, Percy Dew Leake apresentou um estudo que se constituiu em um grande esforço para a evolução do tratamento contábil do Goodwill, também publicado na “The Accountant”.

Cabe ainda destacar nessa breve revisão dos antecedentes históricos do Goodwill, o trabalho, considerado um marco no estudo contábil do Goodwill, que é o de Catlett, Olson, publicado em 1968 pelo AICPA, sob o título de “Accounting for Goodwill”.

3.3 NATUREZA DO GOODWILL

A natureza do Goodwill, embora discutida há mais de um século por inúmeros estudiosos, conforme visto anteriormente, é muito controversa, pois o valor do Goodwill está intimamente ligado a outros intangíveis não identificáveis. Contudo pode-se listar alguns dos fatores e condições que podem contribuir para o seu surgimento:

- *Know-how*;
- propaganda eficiente;
- localização geográfica;
- habilidade administrativa fora dos padrões comuns;
- treinamento eficiente dos empregados;
- relações públicas favoráveis;
- legislação favorável;
- crédito proeminente;
- condições monopolísticas;
- processos secretos de fabricação;
- fraqueza na administração dos concorrentes;
- clientela estabelecida, tradicional e contínua;
- prestígio e o renome do negócio;

- tecnologia de ponta;
- boas relações com empregados;
- associação favorável com outras companhias.

Corroboram essa linha de raciocínio Catlett e Olson (1968, p.17-18), ao citar que o Goodwill é um termo de origem inglesa utilizado para designar o excesso de valor pago na aquisição de uma entidade sobre o valor justo do seu patrimônio líquido, que se justifica pelos seguintes fatores:

- administração superior;
- organização de vendas proeminente;
- fragilidade administrativa dos concorrentes;
- processos de fabricação diferenciados;
- bom relacionamento com empregados;
- propaganda eficaz;
- disponibilidades de linhas de crédito;
- treinamento de empregados;
- associações favoráveis com outras empresas;
- localização estratégica;
- descoberta de talentos ou recursos;
- legislação e condições favoráveis de tributos, entre outros.

Nesse sentido, Martins (1972, p.59) cita que a definição do conceito Goodwill engloba os seguintes fatores, que são determinantes para que uma empresa tenha lucros futuros em excesso a soma dos valores de seus ativos líquidos: “[...] *Know-how*, propaganda eficiente, localização geográfica, habilidade administrativa fora dos padrões comuns, treinamento eficiente dos empregados, relações públicas favoráveis, legislação favorável e condições monopolísticas”.

Estes elementos possuem valor econômico e são conhecidos por Goodwill. Mas, pela falta de tangibilidade, ausência de custo, dificuldade de sua mensuração, sua subjetividade e pela discordância de seu próprio papel, significado e definição, o mesmo não tem sido registrado pela contabilidade.

3.4 UMA VISÃO DO GOODWILL

O Goodwill, segundo Iudícibus (1997, p. 205), é analisado sob as seguintes perspectivas:

- a) excesso de preço pago na compra de um negócio sobre o valor de mercado de seus ativos líquidos;
- b) nas consolidações, é o excesso de valor pago pela investidora por sua participação sobre os ativos da subsidiária;
- c) valor atual dos lucros futuros esperados, descontados por seus custos de oportunidade (Goodwill subjetivo).

O verdadeiro Goodwill somente surgirá se os ativos e passivos das entidades adquiridas forem reavaliados por algum tipo de valor de mercado. Caso contrário, o Goodwill será uma mistura de “Goodwill puro” e de outras diferenças de avaliação.

Por conseguinte, Goodwill é aquele “algo mais” pago sobre o valor de mercado do patrimônio líquido das entidades adquiridas, devido a uma expectativa (subjetiva) de lucros futuros, em excesso de seus custos de oportunidade.

3.5 MENSURAÇÃO DO GOODWILL

A mensuração do Goodwill tem sofrido modificações ao longo do tempo, que podem ser sintetizadas nos três seguintes enfoques principais.

- Por meio de avaliação de atitudes favoráveis em relação à empresa. Neste enfoque, o Goodwill resulta de relações negociais vantajosas, boas relações com funcionários e atitudes favoráveis de clientes, que podem originar-se em função de uma localização estratégica, nome, reputação etc. Esse enfoque pressupõe que, quando é pago um valor superior aos valores individuais dos ativos líquidos de uma empresa, avaliados a valor de mercado, exclusive o Goodwill, esta diferença representa o pagamento por esses atributos anteriormente expostos que foram gerados pelos proprietários anteriores.
- Por meio do valor presente de lucros superiores. Segundo Hendriksen e Breda (1999, p. 392), este é o enfoque predominante na literatura contábil e também o mais antigo. Neste sentido, o Goodwill representa o valor presente de lucros futuros

esperados, acima daquilo que poderia ser considerado um retorno normal, também denominado de superlucros.

- Por meio de uma conta geral de avaliação. Neste enfoque, o Goodwill é considerado uma simples conta de fechamento. Todos os ativos possuem valor para a empresa em função do fluxo futuro de benefícios que serão gerados. Portanto, se houver um aumento da expectativa fluxos futuros de caixa, deve-se aumentar o valor dos ativos que geraram tal aumento e qualquer valor que subsista sem ser alocado é registrado como Goodwill. Quanto mais ativos forem sendo identificados, menor será o valor do mesmo e, no limite, o mesmo desaparecerá sendo substituído por ativos tangíveis e intangíveis identificados.

Corroborar essa afirmativa Martins(1972, p.82), ao citar:

Em um ativo definido em termos econômicos não existe, portanto, lugar para o Goodwill. Em uma Contabilidade fundamentada dessa forma o Goodwill simplesmente não existe. A sua definição como repositório dos agentes desconhecidos ou não identificados não possui significado científico; representa um estado de impossibilidade momentânea de melhor especificação.

Diante deste cenário, Iudícibus (1997, p.213-214) cita que, teoricamente, pode-se tecer algumas considerações quanto ao tratamento contábil a ser dado ao Goodwill, quais sejam:

- manter intacto o seu valor;
- diminuí-lo do patrimônio líquido (lucros acumulados);
- amortizar o Goodwill em certo número de anos.

4 CONCLUSÃO

Iniciou-se este estudo apresentando a crescente importância que os intangíveis vêm assumindo no contexto atual e a necessidade de identificar a sua natureza, mensuração e as suas principais características.

Tendo em vista este objetivo, inicialmente elaborou-se um item denominado ativo intangível, onde foram destacadas a definição, natureza, mensuração e principais itens que compõem este grupo, que formam uma das áreas mais complexas da Teoria da Contabilidade. Em um segundo momento foram abordadas a natureza e a mensuração do Goodwill, considerado o mais controverso ativo intangível.

Diante disso, constatou-se que o tratamento contábil dos intangíveis, em especial o Goodwill, continua a ser um assunto significativo e controvertido, que a contabilização de intangíveis, em especial o Goodwill, provavelmente será um assunto cuja importância irá crescer com o passar dos anos. Se novos problemas estão surgindo, um esforço adicional será necessário em pesquisa, experimentação e na harmonização das normas, a fim de solucioná-los.

REFERÊNCIAS

- ANTHONY, R. N. **Management accounting: text and cases.** 4. ed. Illinois: Irwin, 1970.
- BEDFORD, N. M. Goodwill. In: **Handbook of Modern Accounting.** New York: McGraw-Hill Book, 1970.
- CANNING, J. B. **The economics of accountancy.** New York: The Ronald Press, 1929.
- CARREGARO, A.. **Fundo de comércio.** Disponível em:
<<http://www.inpecon.com.br/goodwill.htm>> Acesso em: 29 nov. 2001.
- CARSBURG, B. V. The contributions of P.D: leake to the theory of goodwill valuation. **Journal of Accounting Research**, Chicago, v. 4, n.1, Spring 1966.
- CATLETT, G. R.; OLSON, N. O. Accounting for goodwill. **Accounting Research Study**, n. 10, American Institute of Certified Public Accountants, New York, 1968.
- CHAMBERS, R. J. **Accounting, evaluation and economic behavior.** New Jersey: Prentice-Hall, 1966.
- DICKSEE, L. R. Goodwill and its treatment in accounts. **The Accountant**, Londres, n. 9, 1897.
- EDWARDS, E. O.; BELL, P. W. **The theory and measurement of business income.** California: University of California, 1961.
- EITEMAN, D. S. Critical problems in accounting for Goodwill. **Journal of Accountancy**, Nova York, mar. 1971.
- GYNTHER, R. S. Some “conceptualizing” on Goodwill. **Accounting Review**, American Accounting Association, v. XLIV, n. 2, abr.1969.
- HAIJ, Z. S. E. **Business combination e consolidação: uma abordagem comparativa entre as normas do US-GAAP, IASC e BRASIL.** Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

HARIED, A. A.; IMDIEKE, L. F.; SMITH, R. F. **Advanced accounting**. 6. ed. New York: Wiley, 1994.

HATFIELD, H. R. **Accounting; its principles and problems**. New York: D. Appleton, 1927.
HENDRIKSEN, E. S.; BREDÁ, M. F. V. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HERMANSON, R. H.; EDWARDS, J. D. **Financial accounting**. 5. ed. Boston: Irwin, 1992.

HICKS, J. R. **Value and capital**. 2. ed. London: Oxford University Press, 1946.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. **Introdução à teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Contribuição à teoria dos ajustamentos contábeis**. 1966. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1966.

_____. **Aspectos da avaliação de estoques a preços correntes**. 1968. (Doutorado em Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1968.

_____. **Teoria da contabilidade**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

_____. MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. **A estratégia em ação, balanced scorecard**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

KIESO, D. E.; WEYGANDT, J. J. **Intermediate accounting**. 9. ed. New York: Wiley, 1998.

LITTLETON, A.C; ZIMMERMAN, V.K. **Accounting theory: continuity and change**. New Jersey: Prentice Hall, 1962.

MARTINS, E. Contribuição à avaliação do ativo intangível. 1972. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

MONOBE, M. Contribuição à mensuração e contabilização do Goodwill não adquirido. 1987. (Doutorado em Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

MOST, K. S. **Accounting theory**. Columbus: Grid, 1977.

PATON, W. A. **Accounting theory**. Chicago: Accounting Studies Press, 1962.

PREINREICH, G. A. D. The law of Goodwill. **Accounting Review**, dez. 1936.

RADEBAUGH, L. H, **International accounting and multinational enterprise.** 4. ed. New York: Wiley, 1997.

SALIERS, E. A. **Accountant's handbook.** Nova York: The Ronald Press, 1923.

SOLOMONS, D. The FASB's conceptual framework: an evaluation. **Journal of Accountancy**, American Institute of CPAs, jun. 1986.

SPROUSE, R. T.; MOONITZ, M. A tentative set of broad accounting principles for business enterprises. **Accounting Research Study**, Nova York, n. 3, 1962.